



# GESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL

PEDRO CARLOS SCHENINI





**GESTÃO SOCIAL E  
AMBIENTAL**  
PEDRO CARLOS SCHENINI

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR**  
**COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**  
**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL**  
**DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

**COMITÊ GESTOR E COMISSÃO ACADÊMICA NACIONAL DO PROFIAP**

**Presidente do Comitê Gestor**

Dario de Oliveira Lima Filho

**Vice-Presidente do Comitê Gestor**

Marcos Tanure Sanabio

**Coordenadora da Comissão Acadêmica Nacional**

Teresa Cristina Janes Carneiro

**Coordenador Adjunto da Comissão Acadêmica Nacional**

Claudio Zancan

**Coordenadora de Avaliação**

Eliane Moreira Sá de Souza

**AUTOR**

Pedro Carlos Schenini

**AVALIADOR**

José Irialdo Alves Oliveira Silva

**EQUIPE TÉCNICA - UFSC**

**Coordenação Geral**

Alexandre Marino Costa

Gilberto de Oliveira Moritz

**Coordenação de Produção de Recursos Didáticos**

Denise Aparecida Bunn

**Projeto Gráfico**

Cláudio José Girardi

Lilian Borges Rau

**Editoração**

Cláudio José Girardi

**Revisão Textual e Normalização ABNT**

Sergio Luiz Meira

Claudia Leal Estevão Brites Ramos

**Capa**

Lilian Borges Rau

**Logomarca PROFIAP**

Rodrigo Brandão

Ministério da Educação – MEC  
Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES  
Universidade Aberta do Brasil – UAB  
Diretoria de Educação a Distância – DED  
Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP

# GESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL

Pedro Carlos Schenini



2014

### Ficha Catalográfica

S324g Schenini, Pedro Carlos  
Gestão social e ambiental / Pedro Carlos Schenini. – Florianópolis :  
Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2014.  
68 p.  
ISBN: 978-85-7988-253-1

Inclui bibliografia  
Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede  
Nacional - PROFIAP

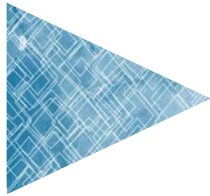
1. Gestão social. 2. Gestão ambiental – Legislação. 3. Gestão pública -  
Administração. 4. Desenvolvimento sustentável. I. Título.

CDU: 35

*Catálogo na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071*

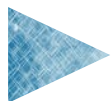


Esta obra é distribuída por meio da Licença Creative Commons 3.0  
Atribuição/Usos Não Comerciais/Vedada a Criação de Obras Derivadas / 3.0 / Brasil.



# Sumário

Sobre a Disciplina	09
Apresentação	11
<b>Aula 1:</b> Desenvolvimento Sustentável	
Objetivo .....	13
Sumário .....	13
Leituras Sugeridas.....	14
Leituras Complementares.....	14
Fóruns.....	15
Verificação de Aprendizagem .....	15
<b>Aula 2:</b> Instrumentos Legais de Gestão Ambiental e Gestão Social	
Objetivo .....	17
Sumário .....	18
Leituras Sugeridas.....	18
Leituras Complementares.....	19
Fóruns.....	20
Verificação de Aprendizagem .....	20
<b>Aula 3:</b> Licenciamentos e Fiscalizações	
Objetivo .....	21
Sumário .....	21
Leituras Sugeridas.....	22
Leituras Complementares.....	22
Fóruns.....	23
Verificação de Aprendizagem .....	24



**Aula 4:** Políticas Ambientais: perspectivas histórica, filosófica e social

Objetivo .....	25
Sumário .....	25
Leituras Sugeridas.....	26
Leituras Complementares.....	26
Fóruns.....	28
Verificação de Aprendizagem .....	28

**Aula 5:** Política Nacional dos Resíduos Sólidos

Objetivo .....	29
Sumário .....	29
Leituras Sugeridas.....	30
Leituras Complementares.....	30
Fóruns.....	31
Verificação de Aprendizagem .....	32

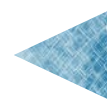
**Aula 6:** Gestão das Florestas, das Águas e do Ar

Objetivo .....	33
Sumário .....	33
Leituras Sugeridas.....	34
Leituras Complementares.....	35
Fóruns.....	35
Verificação de Aprendizagem .....	35

**Aula 7:** Gestão Ambiental: implantação e controle

Objetivo .....	37
Sumário .....	37
Leituras Sugeridas.....	38
Leituras Complementares.....	39
Fóruns.....	39
Verificação de Aprendizagem .....	40



**Aula 8:** Ações Sustentáveis em Empresas de Capital

Objetivo .....	41
Sumário .....	42
Leituras Sugeridas.....	42
Leituras Complementares.....	43
Fóruns.....	43
Verificação de Aprendizagem .....	43

**Aula 9:** Planejamento Sustentável na Gestão de Governo

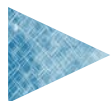
Objetivo .....	45
Sumário .....	45
Leituras Sugeridas.....	46
Leituras Complementares.....	47
Fóruns.....	48
Verificação de Aprendizagem .....	48

**Aula 10:** Ações Governamentais Sustentáveis

Objetivo .....	49
Sumário .....	50
Leituras Sugeridas.....	50
Leituras Complementares.....	51
Fóruns.....	52
Verificação de Aprendizagem .....	52

**Aula 11:** Ações Sustentáveis no Governo dos Municípios

Objetivo .....	53
Sumário .....	53
Leituras Sugeridas.....	54
Leituras Complementares.....	55
Fóruns.....	56
Verificação de Aprendizagem .....	56



**Aula 12:** Educação Ambiental

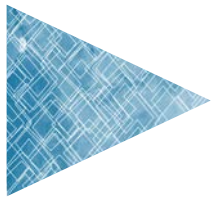
Objetivo .....	57
Sumário .....	57
Leituras Sugeridas.....	58
Leituras Complementares.....	58
Fóruns.....	59
Verificação de Aprendizagem .....	59

**Aula 13:** Gestão Social

Objetivo .....	61
Sumário .....	61
Leituras Sugeridas.....	62
Leituras Complementares.....	63
Fóruns.....	64
Verificação de Aprendizagem .....	64

**Aula 14:** Indicadores de Sustentabilidade Social, Ambiental e Econômica

Objetivo .....	65
Sumário .....	65
Leituras Sugeridas.....	66
Leituras Complementares.....	66
Fóruns.....	67
Verificação de Aprendizagem .....	67



# Sobre a Disciplina

## **Disciplina**

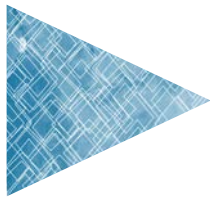
Gestão Social e Ambiental

## **Ementa**

Desenvolvimento Sustentável. Instrumentos legais de Gestão Ambiental e Gestão Social. Licenciamentos e fiscalizações. Políticas ambientais: perspectivas histórica, filosófica e social. Política Nacional dos Resíduos Sólidos. Gestão das florestas, das águas e do ar. Gestão ambiental: implantação e controle. Ações sustentáveis em empresas de capital. Planejamento sustentável na gestão de governo. Ações governamentais sustentáveis. Educação Ambiental. Gestão Social.

**Carga-horária:** 60 horas





# Apresentação

A variedade de conhecimentos necessários ao cidadão para o cumprimento de suas tarefas diárias, profissionais ou pessoais, vão além da experiência familiar ou do estudo obtido formalmente.

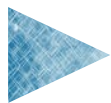
A perspectiva de alteração e baixa da qualidade de vida do homem ou sua própria sobrevivência ganham contornos dramáticos em razão da destruição e da exaustão dos recursos naturais. Em paralelo, ações adotadas na gestão ética e responsável das questões sociais e ambientais ganham cada vez mais relevância.

Nesse contexto, a Gestão Social e Ambiental na Administração Pública destaca-se, na medida em que pode e deve apresentar as soluções e justificativas necessárias às demandas da população.

Esta disciplina torna-se, portanto, de grande importância aos mestrandos e futuros especialistas porque possibilita uma visão holística das atividades públicas de governo e a identificação e caracterização das ações de sustentabilidade a serem realizadas não apenas pelos agentes públicos, mas por todos os cidadãos.

Neste estudo, os mestrandos apreenderão conhecimentos básicos sobre a evolução da gestão nas políticas públicas sustentáveis do Brasil; os instrumentos de gestão que ensejam a obtenção da sustentabilidade social e ambiental; e as diversas técnicas e procedimentos das tecnologias limpas gerenciais e operacionais que atendem ao Desenvolvimento Sustentável (DS).

São objetivos desta disciplina: identificar e descrever as principais ações da Gestão Social passíveis de serem aplicadas nas atividades da Administração Pública e privada; identificar e descrever os principais instrumentos da Gestão Ambiental passíveis de serem aplicados nas atividades da Administração Pública; identificar e



descrever os instrumentos legais que dão suporte às atividades de fiscalização e normalização; analisar as funções da Gestão Social e Ambiental nas atividades da Administração Pública; e analisar as ações de governo para a criação, aplicação e implementação das políticas sustentáveis a serem adotadas na gestão pública.

Tais conhecimentos mostrarão claramente aos mestrandos que, com sua adoção e prática, é possível melhorar a eficácia e a efetividade dos serviços públicos que orientam a qualidade ambiental e de vida.



# AULA 1

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

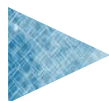
### Objetivo

Nesta primeira aula o objetivo é apresentar aos participantes o contexto atual em termos de destruição e esgotamento da natureza, das relações sociais e da economia das comunidades.

Em contrapartida também mostra as novas atitudes, ou ações, que têm sido adotadas para minimizar ou alterar esse quadro de destruição e comprometimento. A essa maneira de viver deu-se a denominação de Desenvolvimento Sustentável (DS), o qual se fundamenta e se apresenta como uma nova forma de ver e de trabalhar a realidade cotidiana da sociedade.

### Sumário

- Resolução CONAMA n. 001, de 23 de janeiro de 1986.
- Impactos antropogênicos.
- Poluição e poluentes.
- Impactos das atividades antrópicas urbanas.
- Impactos das atividades antrópicas no meio rural.
- Conceitos de DS.
- Origem do movimento DS.
- Dimensões de aplicação de DS.
- Novas oportunidades com DS.



## Leituras Sugeridas

1. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (Brasil). **Resolução CONAMA n. 001, 23 de janeiro de 1986**. Esta resolução define as regras legalistas sobre a poluição, os poluentes e os impactos antropogênicos. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: 27 jan. 2015.
2. IPIRANGA, Ana Silva Rocha; GODOY, Arilda Schmidt; BRUNSTEIN, Janette. Administração Pública orientada para o desenvolvimento sustentável. **RAM - Revista de Administração Mackenzie** [on-line], São Paulo, v. 12, n. 3, jun. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-69712011000300002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712011000300002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 1º set. 2014.

Esta obra apresenta conceitos de DS e Gestão Pública de forma bastante esclarecedora.

3. VARGAS, Gloria Maria. Natureza e ciências sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 18, n. 1-2, dez. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922003000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922003000100008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 1º set. 2014.

Texto interessante para suscitar dúvidas e criar mais condições de investigação sobre a temática.

## Leituras Complementares

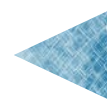
1. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum** [Relatório Brundtland]. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues#scribd>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

Este texto conta a história da *Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (CMMAD) e versa sobre o relatório “Nosso Futuro Comum”.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. In: Economianet. [2007]. Disponível em: <[http://www.economianet.net/economia/3\\_desenvolvimento\\_sustentavel\\_conceito.html](http://www.economianet.net/economia/3_desenvolvimento_sustentavel_conceito.html)>. Acesso em: 27 jan. 2015.

Este Portal contém sólidos conceitos e interpretações sobre DS.





3. JATOBA, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, abr. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922009000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922009000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 1º set. 2014.

O texto apresenta os termos ecologia e sustentabilidade e emite conceitos com diferentes enfoques na atualidade.

## Fóruns

Esta aula apresentou aos mestrandos a conjuntura da sociedade em sua relação com a natureza e com os aspectos e impactos antropogênicos que têm colaborado para a destruição do meio ambiente e alterado o nível de qualidade de vida das populações.

Nesse contexto de destruição surgiu o movimento de recuperação denominado DS, que incorpora diversas ações nos campos ambiental, social, econômico e cultural.

Para este fórum, sugere-se que os estudantes debatam a seguinte temática:

“Esse desenvolvimento doutrinário na administração de organizações públicas de governo é fruto do próprio crescimento da sociedade. Mudam-se os valores pessoais, mudam-se os valores da sociedade, alteram-se as expectativas junto aos administradores públicos”. Na prática do dia a dia, o que você percebe de mudanças na sociedade?

## Verificação de Aprendizagem

Nesta atividade de fixação, solicita-se ao mestrando uma lista de ações sustentáveis escolhidas para sua comunidade ou seu ambiente de trabalho.





## AULA 2

# INSTRUMENTOS LEGAIS DE GESTÃO AMBIENTAL E GESTÃO SOCIAL

### Objetivo

A Legislação brasileira que trata das questões ambientais e dos temas vinculados à questão social abrange várias vertentes e instâncias.

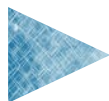
A questão legal ambiental está contemplada nos níveis federal, estadual e municipal. A primeira regra é de que as leis maiores prevalecem sobre as leis locais. Ou seja, a lei federal prevalece sobre a lei estadual/distrital e esta sobre a municipal.

As leis que se ocupam da área social da mesma forma se aplicam. Nas leis mais antigas, o social está atrelado às questões trabalhistas; e na atualidade têm vínculo com as Ações e Programas Sociais desenvolvidos pelo Governo Federal.

A apresentação dessas peças jurídicas como fundamento para análises e reflexões dos mestrandos possibilitará ao professor atingir aos objetivos desta aula, que são:

- consolidar o conhecimento dos mestrandos acerca das peças jurídicas que dão suporte para a atuação legalista, seja esta de agentes ou de fiscalização nas áreas ambientais e sociais; e
- despertar o mestrando para a necessidade de se adotar a prática da gestão social em suas atividades.

Embora com grandes ligações, nesta aula aborda-se a legislação sobre os temas social e ambiental. E informações sobre a gestão social serão encontradas de forma detalhada na aula 13 - Gestão Social.

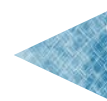


## Sumário

- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988: artigo 225.
- Legislação Federal Ambiental.
- Decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934, ou Código de Águas.
- Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981: dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências.
- Decreto n. 99.274, de 6 de junho de 1990: regulamenta a Lei n. 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, dispondo respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências.
- Lei n. 9.605, de 2 de fevereiro de 1998, ou Lei de Crimes Ambientais: dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências.
- Penalidades à pessoa física.
- Lei n. 5.793, de 15 de outubro de 1980, ou Licenciamento Ambiental: dispõe sobre a proteção e melhoria da qualidade ambiental e dá outras providências.
- Lei n. 12.120, de 9 de janeiro de 2002: cria o Programa Catarinense de Inclusão Social e adota outras providências.
- Lei Orgânica de Assistência Social n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993: artigo 30.
- Programas Sociais do Governo Federal: Brasil sem Miséria, Bolsa Família, Assistência Social, Segurança Alimentar.

## Leituras Sugeridas

1. REIS, Kleiber Gomes. **O direito de conhecer o direito**: elementos de uma educação libertária para a cidadania participativa. 2011. 246 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito. Florianópolis, SC, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94802/295693.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 27 jan. 2015.



2. SARAIVA NETO, Pery. **A prova na jurisdição ambiental**. 2011. 191 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito. Florianópolis, SC, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93187>>. Acesso em: 27 jan. 2015.
3. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS (Brasil). [2014]. **Ações e Programas Sociais do governo federal**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

Neste site estão descritos os programas sociais legalizados pelo Governo e seu funcionamento.

## Leituras Complementares

1. VENANCIO, Valdez R. **A ordem pública ambiental na sociedade de risco: a atuação da polícia ostensiva em Santa Catarina**. 2013. 167 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito. Florianópolis, SC, 2013. Disponível em: <[http://www.planetaverde.org/arquivos/biblioteca/arquivo\\_20131127220808\\_3561.pdf](http://www.planetaverde.org/arquivos/biblioteca/arquivo_20131127220808_3561.pdf)>. Acesso em: 27 jan. 2015.

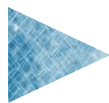
Esta dissertação apresenta o papel da polícia nas questões ambientais.

2. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação brasileira sobre meio ambiente**. 3. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2010. 574 p. Disponível em: <[http://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20100722\\_leis\\_brasil\\_meio\\_ambiente.pdf](http://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20100722_leis_brasil_meio_ambiente.pdf)>. Acesso em: 27 jan. 2015.

Trata-se de uma publicação que compila todas as leis que devem ser conhecidas e respeitadas na área ambiental. É a base de todas as ações dos agentes de governo, os quais terão de cumprir essas leis como agentes operacionais ou terão de cobrar o seu cumprimento como fiscais.

3. BRASIL. **Lei n. 9.605, de 2 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm)>. Acesso em: 27 jan. 2015.

Esta lei estabelece o que é crime no tema e as sanções, ou punições, para todas as empresas e para todos os indivíduos infratores.



4. BRASIL. **Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm)>. Acesso em: 27 jan. 2015.

A Lei Orgânica de Assistência Social é a matriz das ações sociais de governo.

## Fóruns

Na Aula 2 foram abordados temas que enfocam o atendimento das regras legalistas na Gestão Ambiental, com suas exigências, seus compromissos, suas competências e suas atribuições, bem como as ferramentas que irão determinar os parâmetros das atividades poluentes na sociedade.

Nesta aula, o mestrando compreendeu que não existe liberdade gerencial na Administração Pública ou nas empresas de capital para executar ações que possam comprometer ambientalmente a existência de outras organizações ou da própria população. Isso significa que as ações de todos têm sérias implicações nas questões de gerenciamento ambiental e social.

Sugere-se aos alunos um debate entre colegas sobre as vantagens e desvantagens nas práticas de gestão em conformidade com as regras legais de funcionamento: quais as sugestões para que haja mais transparência nos processos públicos?

## Verificação de Aprendizagem

Para esta atividade de verificação, solicita-se uma lista de cinco itens importantes, de acordo com o órgão de fiscalização de sua região (vide internet local), de situações de irregularidades nas quais não estão sendo cumpridas as regras de não poluição, seja por ações comunitárias, por empresas ou por cidadãos.



# AULA 3

## LICENCIAMENTOS E FISCALIZAÇÕES

### Objetivo

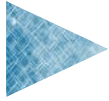
Esta é uma aula muito importante, pois apresenta aos mestrandos o contexto no qual, segundo a legislação, se executam os poderes administrativos da gestão pública.

O mestrando conhecerá a estrutura institucional do Estado para os licenciamentos e o Poder de Polícia do Estado para a regulação de condutas da sociedade.

Com esses conhecimentos transmitidos, espera-se despertar nos alunos a perspectiva de assumir sua responsabilidade na função de agente público no cumprimento da lei ou como cidadão em seu papel social.

### Sumário

- Poderes da Administração Pública.
- Lei concedente do Poder de Polícia.
- Competências e atribuições nos níveis federal, estadual e municipal.
- Instituições executoras dos licenciamentos e fiscalizações.
- Etapas do Licenciamento Ambiental.
- Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).
- Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV).
- Participação popular.



## Leituras Sugeridas

1. ALMEIDA LEITE, Thiago; SOBRAL Oliveira, SILVA, Ivana, BARBOSA Barreto, Karla Fernanda. Avaliação dos impactos ambientais e sociais como subsídio para licenciamento ambiental do projeto de assentamento de reforma agrária Maria Bonita I, Poço Redondo/SE. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 31, n. 2, p. 69-81, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/AGn3kD>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

Leitura sugerida em razão do seu enfoque provocativo, que possibilita aos alunos a busca de subsídios para a obtenção de licenciamento ambiental em suas atividades.

2. SILVA, Rodolfo A. da. **Avaliação de processos de licenciamento ambiental de jazidas de areia em Santa Maria-DF**. 2011. 153 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal de Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10482/6645>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

Este estudo apresenta o processo de licenciamento ambiental atual em face das exigências legais.

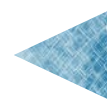
3. FREITAS, Xedes Ribeiro. **O comportamento ético-profissional dos servidores da administração pública estadual**: um estudo de caso no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. 2003. 189 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Florianópolis, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/86131/193733.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

Trabalho relevante que questiona o comportamento ético dos agentes de governo.

## Leituras Complementares

1. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA (Brasil). **Licenciamento ambiental**. [2014]. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa\\_pnla/\\_arquivos/46\\_10112008050334.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/46_10112008050334.pdf)>. Acesso em: 27 jan. 2015.
2. BRASIL. **Lei n. 6.803, de 2 de julho de 1980**. Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências. Disponível: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6803.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6803.htm)>. Acesso em: 27 jan. 2015.





Esta legislação permite ao leitor conhecer as regras a serem seguidas pelos agentes do governo ou pelos interessados em se licenciar. Essas etapas compreendem: enquadramento, EIA, RIMA, audiências públicas, Licença Ambiental Prévia, Licença Ambiental de Instalação, Licença Ambiental de Funcionamento.

3. BRASIL. **Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm)>. Acesso em: 27 jan. 2015.

Esta legislação de meio ambiente permite aos leitores conhecer os poderes da Administração Pública e seu respectivo Poder de Polícia e também as competências e atribuições dos órgãos e agentes públicos.

4. SCHENINI, Pedro Carlos; NEUENFELD, Débora Raquel; ROSA, André Luiz Montagna da. O Gerenciamento de Riscos no Transporte de Produtos Perigosos. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (SIMPEP), 13., 2006, Bauru. **Anais...** Bauru, SP: XIII SIMPEP, 2006. Disponível em: <[www.simpep.feb.unesp.br/anais.php](http://www.simpep.feb.unesp.br/anais.php)>. Acesso em: 27 jan. 2015.

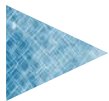
Este artigo apresenta como exemplo, de forma clara e legalista, o gerenciamento de resíduos perigosos em confronto com a fiscalização do governo. Bastante interessante para situar os mestrandos na realidade cotidiana das estradas.

5. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA (Brasil). **Resolução CONAMA n. 001, 23 de janeiro de 1986**, [Poluição e impactos antropogênicos]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

Esta legislação permite aos agentes públicos e aos cidadãos conhecer as linhas mestras para o entendimento do que seja a poluição e seus impactos no meio ambiente.

## Fóruns

Os licenciamentos e as fiscalizações podem ser feitos cada qual nos níveis de autoridade federal, estadual e municipal. O governo tem debatido a hipótese de passar os controles inteiramente para os municípios.



Considerando esse contexto, pergunta-se: você crê que os municípios terão técnicos e jurisprudência administrativa para executar as suas atividades de fiscais e licenciadores das leis estabelecidas?

### **Verificação de Aprendizagem**

Sugere-se esta atividade de fixação: procure em seu Estado o órgão de fiscalização ambiental, descubra quais leis concedem aos agentes públicos o direito de agir com o Poder de Polícia e liste quais os artigos das legislações concedem poderes aos agentes.



# AULA 4

## POLÍTICAS AMBIENTAIS: PERSPECTIVAS HISTÓRICA, FILOSÓFICA E SOCIAL

### Objetivo

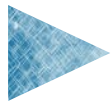
Nesta aula, o professor objetiva descrever, através de uma perspectiva mais estrutural, como se formam as políticas de governo na sociedade; e esclarecer como se formaram, através da evolução política, as ações legais e administrativas da atualidade no país.

Nessa perspectiva histórico-administrativa também são incorporadas as mudanças que ocorreram em virtude das novas demandas ecológicas da sociedade ou da necessidade de fazer frente aos desastres da própria natureza.

Logo, visa à compreensão de como se dá a construção e a lógica das políticas ambientais dentro de uma perspectiva de crescimento da visão acerca dos seus processos, das suas dinâmicas e das suas articulações.

### Sumário

- História das ideias políticas.
- Estratégias e políticas públicas.
- Reforma do Estado.
- Etapas para implantação de políticas.
- Escolas de gestão e a formação das políticas no Brasil.



- Formação de políticas públicas sustentáveis.

## Leituras Sugeridas

1. BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Tradução de Marco Aurélio. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Nesta obra essencial para a formação de conhecimento de base em política, tem-se uma perspectiva histórica das estratégias e políticas públicas que possibilita compreender suas aplicações no presente. A obra faz parte da história da gestão pública.

2. CRUZ, S. S.; SCHENINI, P. C.; SILVA, F. A. da. Planejamento de Políticas públicas voltadas ao Desenvolvimento sustentável: um Estudo de Caso no Município de Urubici/SC. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO (COBRAC), 2006, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: COBRAC, 2006.

Texto com exemplo real e atualizado de formulação de políticas sustentáveis.

3. JACOBI, Pedro. Poder local, políticas sociais e sustentabilidade. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 8, n. 1, fev. 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12901999000100004&lng=pt&nr=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12901999000100004&lng=pt&nr=iso)>. Acesso em: 1º set. 2014.

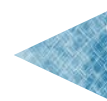
Artigo que possibilita a leitura e a interpretação de forma crítica e participativa do tema poder local e formação de políticas e sustentabilidade.

4. SCHENINI, Pedro Carlos; HELOU FILHO, Esperidião Amin; CARDOSO, André Coimbra Felix. Ações de Sustentabilidade na Gestão Pública. *In*: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA (EnAPG), 1., 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2004.

Este artigo versa de forma clara sobre a formação das políticas no contexto brasileiro e apresenta sugestões de ações e políticas ambientais.

## Leituras Complementares

1. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E DA REFORMA DO ESTADO. **Plano Diretor da Reforma do Estado**. Brasília, DF: Presidência



da República, Imprensa Oficial, 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

O Plano Diretor foi criado para dar condições à reconstrução da Administração Pública em bases modernas e racionais, sendo um exemplo para as mudanças das políticas de gestão no Brasil.

2. HELUY, Miguel Mubárack. **O processo de reforma administrativa do estado do Maranhão, na visão de supervisores e chefes de departamentos**. 2000. 141 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Florianópolis, 2000. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/78134>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

Esta dissertação descreve um processo de reforma administrativa e de políticas.

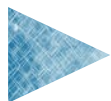
3. CHÂTELET, F.; DUHAMEL, O.; KOUCHNER, E. **História das ideias políticas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

Os autores explicam as ideias políticas com maestria mostrando os conflitos do Estado e os demais participantes da conjuntura. Suas assertivas deixam claro que as políticas e ações do Estado são o resultado do confronto de força entre os grupos de pressão da sociedade.

4. NASCIMENTO, Daniel Trento do. **AGENDA 21: análise do processo de implantação da Agenda 21 Local no município de Florianópolis**. 2003. 322 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Florianópolis, 2003. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/85019>>. Acesso em: 27 jan. 2015

Obra que retrata a experiência ímpar do processo de implantação da Agenda 21 Local do município de Florianópolis.

5. MACHADO, Rosângela Fátima de Oliveira; VELASCO, Fermin de La Caridad Garcia; AMIM, Valéria. O encontro da política nacional da educação ambiental com a política nacional do idoso. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, dez. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902006000300013&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902006000300013&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 5 set. 2014.



## Fóruns

Esta aula contemplou a identificação e a formação das diretrizes e das políticas governamentais, com a apresentação dos temas, estratégias e políticas públicas, bem como as regras a serem seguidas para se efetuar o planejamento governamental.

Foi possível constatar que todas as ações, ou atividades, realizadas na gestão pública possuem elos entre si (têm ligações administrativas e operacionais) e são, ou deveriam ser, a materialização do planejamento com suas estratégias e políticas de governo.

Na tentativa de visualizar a influência das questões ambientais na formulação das políticas na gestão pública do Brasil, foram descritas as diversas “escolas de gestão”, ancorando-se, no final, nas políticas da Gestão Pública Sustentável (GPS).

Com base no conteúdo exposto, sugere-se a seguinte questão para debate entre os mestrandos: qual o papel do agente público, numa perspectiva filosófica, na inserção das questões sociais e ambientais em suas atividades de rotina?

## Verificação de Aprendizagem

Como atividade de verificação, o aluno deve elaborar uma lista de atividades sustentáveis que poderiam ter ou têm características para se tornar uma política de governo.



# AULA 5

## POLÍTICA NACIONAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

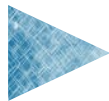
### Objetivo

Considerando-se que a Política Nacional dos Resíduos Sólidos é uma das políticas de Gestão Ambiental mais importantes atualmente, torna-se imprescindível a sua abordagem para compreensão das ações da gestão com sustentabilidade.

Para tanto, esta aula tem como objetivos: apresentar as exigências das leis no contexto brasileiro atual da gestão dos resíduos sólidos e as normas que estabelecem padrões e regras para a coleta, manuseio e descarte ou logística reversa; e ampliar o olhar construtivo dos mestrandos para as medidas mitigadoras ou recicladoras que agregam as possíveis soluções locais e regionais, como a criação e a adoção de novas tecnologias limpas, e o envolvimento, na problemática, dos catadores informais.

### Sumário

- Política Nacional dos Resíduos Sólidos.
- Normas para coleta, manuseio e disposição de resíduos sólidos.
- Problemática dos catadores informais no meio urbano.
- Estratégias dos serviços públicos na questão dos resíduos sólidos urbanos.
- Uso de tecnologias limpas.
- Soluções de minimização, tratamentos e disposição de resíduos.
- Reciclagem e novas oportunidades de geração de renda.
- Emissão zero.



- Transporte e descarte de produtos perigosos.
- Logística reversa.

## Leituras Sugeridas

1. SCHENINI, P. C.; SILVA, F. A. da; CARDOSO, A. C. F. Estratégias de Enfrentamento dos Desafios Sócio-Ambientais: gestão de resíduos sólidos urbanos e regularização dos catadores informais. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA EnAPG/ANPAD, São Paulo. **Anais...** São Paulo: EnAPG 2006. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=subsecao&cod\\_edicao\\_subsecao=167&cod\\_evento\\_edicao=21&interna=true#enapg](http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=subsecao&cod_edicao_subsecao=167&cod_evento_edicao=21&interna=true#enapg)>. Acesso em: 30 jan. 2015.

Neste artigo, o leitor conhecerá o maior dilema na gestão dos resíduos sólidos urbanos, que é o enfrentamento gerencial e operacional das questões técnicas e sanitárias do lixo com a gestão social dos catadores informais que trabalham com sua família inteira em condições precárias.

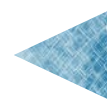
2. AZEVEDO, Gardênia Oliveira David de; KIPERSTOK, Asher; MORAES, Luiz Roberto Santos. Resíduos da construção civil em Salvador: os caminhos para uma gestão sustentável. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, mar. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-41522006000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-41522006000100009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 1º set. 2014.

Este artigo apresenta caminhos para a reciclagem de resíduos da construção civil que poupem recursos e não poluam a natureza.

## Leituras Complementares

1. BRASIL. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010: institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n. 9.605/1998 e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm)>. Acesso em: 30 jan. 2015.
2. BRASIL. Decreto n. 7.404, de 23 de dezembro de 2010: regulamentação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm)>. Acesso em: 30 jan. 2015.





Estas peças são as regras que regulamentam todas as atividades que tenham vínculo com resíduos sólidos.

3. ARAUJO, Ana Carolina de *et al.* Logística reversa no comércio eletrônico: um estudo de caso. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 20, n. 2, jun. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-530X2013000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2013000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 1º set. 2014.

Este trabalho descreve o processo de logística reversa do maior varejista virtual do mercado brasileiro, mostrando sua evolução, analisando seu desempenho e identificando suas principais deficiências.

4. FUNDAÇÃO ZERI BRASIL. Disponível em: <<http://www.zeri.org.br/>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

Este é o portal de uma rede global de mentes criativas que procuram soluções para os desafios da sustentabilidade.

## Fóruns

No Brasil, o tema Gestão de Resíduos teve sua legislação atualizada recentemente. Com a aprovação da Lei n. 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto n. 7.404/2010, ficou instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Entre os diversos esclarecimentos sobre essa Lei, destaca-se o prazo concedido para as prefeituras fazerem a regularização de “lixões” em seus municípios, colocarem-se amparadas na lei e assumirem um comportamento ético com a sociedade na destinação dos resíduos.

Recentemente, venceu o prazo estipulado em lei para as Instituições municipais se adequarem na destinação do lixo gerado pela população e empresas da sua comunidade. E um número elevado de prefeituras estarão sujeitas a multas elevadas pelo não cumprimento da determinação legal.

Para este fórum, sugere-se debater a temática entre os mestrandos e que estes proponham uma solução.

## **Verificação de Aprendizagem**

Nesta atividade, sugere-se listar quais embalagens ou resíduos de produtos cada mestrando reserva para reciclagem e onde é feita a entrega.



# AULA 6

## GESTÃO DAS FLORESTAS, DAS ÁGUAS E DO AR

### Objetivo

Os participantes de um curso de mestrado, agentes ou fiscais do governo, ou mesmo técnicos que prestam serviços na área da Gestão Social e Ambiental, precisam ter um horizonte de análise que lhes permita visualizar a natureza holisticamente. Isso inclui o ar, a água, as florestas, ou seja, a natureza em sua totalidade.

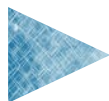
Nesse contexto, existem as leis e as normas que determinam o comportamento e as regras do governo, das empresas e dos cidadãos.

Nesta aula será apresentado o conjunto de regras, leis e normas que compõem as legislações que regulamentam o uso dos bens naturais, como a água, as florestas e o ar.

Os objetivos desta aula são: apresentar as legislações existentes; e criar um formato comum para todas as ações ambientais que se proponham.

### Sumário

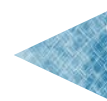
- Lei dos Recursos Hídricos – Código de Águas.
- Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- Agencia Nacional de Águas (ANA).
- Captação e tratamento de água para consumo.
- Drenagem e tratamento de esgotos urbanos.
- Parâmetros da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) para efluentes e contaminantes.



- Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012, ou Código Florestal – 2012.

## Leituras Sugeridas

1. JACOBI, Pedro Roberto *et al.* Mudanças climáticas globais: a resposta da educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, abr. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782011000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000100008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 5 set. 2014.
2. QUALIDADE DO AR [Parâmetros CETESB]. 2013. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br/ar/qualidade-do-ar/32-qualar>>. Acesso em: 30 jan. 2015.
3. FERREIRA, Gabriel L. B. V.; FERREIRA, Natália B. V. Fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (SIMPEP), 13., Bauru, 6 a 8 de Novembro de 2006. **Anais... Bauru: XIII SIMPEP**, 2006. Disponível em: <[www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais\\_13/artigos/810.pdf](http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/810.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2015.
4. BRITO, Luiza T. de L. *et al.* Influência das atividades antrópicas na qualidade das águas da bacia hidrográfica do Rio Salitre. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola Ambiental**, Campina Grande, v. 9, n. 4, dez. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-43662005000400025&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-43662005000400025&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 1º set. 2014.
5. ALVES, B. J. R. *et al.* **Mitigação de gases de efeito estufa pelo uso de etanol da cana de açúcar produzido no Brasil**. Seropédica: EMPRAPA, 2009. 14 p. Disponível em: <[http://www.cetesb.sp.gov.br/userfiles/file/mudancasclimaticas/biogas/file/docs/artigos\\_dissertacoes/alves\\_boddey\\_soares\\_urquiaga.pdf](http://www.cetesb.sp.gov.br/userfiles/file/mudancasclimaticas/biogas/file/docs/artigos_dissertacoes/alves_boddey_soares_urquiaga.pdf)>. Acesso em: 1º de set. 2014.
6. ANDREOZZI, Sylvio Luiz. **Planejamento e Gestão de Bacias Hidrográficas: uma abordagem pelos caminhos da sustentabilidade sistêmica**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Campus de Rio Claro, São Paulo, 2005. Disponível em: <[http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/brc/33004137004P0/2005/andreozi\\_sl\\_dr\\_rcla.pdf](http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/brc/33004137004P0/2005/andreozi_sl_dr_rcla.pdf)>. Acesso em: 1º set. 2015.



## Leituras Complementares

1. BRASIL. **Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012.** [Código Florestal]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm)>. Acesso em: 30 jan. 2015.

Legislação brasileira que determina as regras para o uso de recursos florestais.

2. BRASIL. **Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997.** [Código de Águas]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm)>. Acesso em: 30 jan. 2015.

Legislação brasileira que trata do uso de recursos hídricos.

3. MARENCO, José Antônio. Água e mudanças climáticas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 63, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142008000200006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000200006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 2 fev. 2015.

Texto técnico que retrata a situação das mudanças climáticas.

4. COUTO, M. A. P.; SCHENINI, P. C.; SILVA, F. A. da. Gestão de Bacias hidrográficas: estudo de caso em três comitês de bacia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO (COBRAC), 2006, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: COBRAC, 2006.

Artigo com embasamento sólido em gestão de comitês de bacia hidrográfica.

## Fóruns

Para esta atividade, sugere-se a questão: se você fosse o prefeito de uma cidade como São Paulo, que medidas proporia para resolver o problema da falta de água em seus reservatórios?

## Verificação de Aprendizagem

Sugere-se relacionar as atribuições ou exigências para o funcionamento administrativo e gerencial de um Comitê de Bacia e promover um debate sobre elas.





# AULA 7

## GESTÃO AMBIENTAL: IMPLANTAÇÃO E CONTROLE

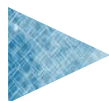
### Objetivo

O primeiro objetivo desta aula é apresentar as especificações e diretrizes para uso das Normas ABNT-ISO-14001 de Gestão Ambiental e ABNT-ISO-19011 de Auditoria da Qualidade Ambiental aos mestrandos para que possam fazer seu uso ou fiscalização e auditoria ambiental.

O segundo objetivo é ensinar os alunos a realizar um estudo de impacto ambiental ou de avaliação de processos de produção ou serviços com seus aspectos (resíduos) e impactos para implantação da Norma ISO. Esses conhecimentos são fundamentais para a realização do trabalho de fiscalização ambiental, que começa justamente pelo mapeamento dos problemas ou das não conformidades.

### Sumário

- Sistema de Gestão Ambiental (SGA).
- Norma ABNT-ISO-14001 de Gestão Ambiental.
- Estrutura de aplicação da Norma ABNT-ISO-14001 de Gestão Ambiental.
- Participantes.
- Norma ABNT ISO-19011 de Auditoria da Qualidade Ambiental.
- Estrutura de aplicação da Norma ABNT ISO-19011 de Auditoria da Qualidade Ambiental.
- Participantes.



- Certificações.

## Leituras Sugeridas

1. MARTINS, Giorgia Sena. **Norma Ambiental: complexidade e concretização**. 2013. 317 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107245>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

Este trabalho contempla a variedade de ações necessárias para se concretizar a adoção de regras ambientais.

2. SILVA, F.A.; SCHENINI, P.C.; VIEIRA L.C.; PEREIRA M.F. A gestão ambiental em uma obra rodoviária. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE QUALIDADE AMBIENTAL (ABES), 5., 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUC-RS, 2006. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/eadonline/grupodepesquisa/publicações/maurício.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

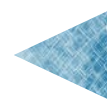
A leitura deste texto se justifica por ser um estudo de caso real que exemplifica a adoção da Norma ABNT-ISO-14001.

3. MOUCO, Johana do Carmo; MACHADO, Fátima M.; SOARES, Carlos A. Pereira. Sistema de gestão ambiental na construção civil: considerações preliminares. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (SIMPEP), 13., 2006, Bauru, SP, Brasil. **Anais...** Bauru: XIII SIMPEP, 2006. Disponível em: <[http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais\\_13/artigos/1029.pdf](http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/1029.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2015.

A leitura deste texto se justifica por ser um estudo de caso real que exemplifica a adoção da Norma ABNT-ISO-14001.

4. OLIVEIRA FILHO, Miguel Lopes de. **A auditoria ambiental como ferramenta de apoio para o desempenho empresarial e a preservação do meio ambiente: uma abordagem contábil e gerencial em indústrias químicas**. 2002. 182 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-12122005-144634/>>. Acesso em: 9 set. 2014.





Dissertação que apresenta a auditoria como ferramenta de suporte nas averiguações dos realizados.

## Leituras Complementares

1. RUIZ, Luiz Eduardo Caroci; LIMA, Gilson Brito Alves de. Gestão ambiental no processo automotivo: estudo de caso numa montadora. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (SIMPEP), 13., 2006, Bauru, São Paulo. **Anais...** Bauru: XIII SIMPEP, 2006. Disponível em: <[http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais\\_13/artigos/142.pdf](http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/142.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2015.

A leitura deste texto se justifica por ser um estudo de caso real que exemplifica a adoção da norma ISO-14001.

2. NBR ISO 14001: Sistemas de Gestão Ambiental, especificação e diretrizes para uso. 2003. Disponível em: <<http://200.132.139.11/aulas/Agronegocio/A7%20-%20Setimo%20Semestre/Gest%C3%A3o%20Ambiental/NORMA%20ISO%2014001.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

É o guia oficial para elaboração, implantação e acompanhamento dos sistemas de Gestão Ambiental.

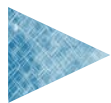
3. ASSOCIACAO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS. **NBR ISO 19011:** diretrizes para auditorias de sistema de gestão de qualidade e/ou ambiental. Rio de Janeiro, 2002.

É o guia oficial para elaboração, implantação e acompanhamento dos sistemas de auditoria na Gestão Ambiental e na Gestão da Qualidade de forma integrada.

## Fóruns

A possibilidade de planejar e implantar um Sistema de Gestão Ambiental em uma empresa gera uma série de compromissos e responsabilidades, em razão da adoção dessas novas ações conservacionistas, e diversos são os motivos que levam as organizações a adotar esse novo paradigma, os quais podem ser comerciais ou de preservação.

Neste fórum, questiona-se: como o mestrando avalia o envolvimento das organizações com a causa ambiental em sua cidade/Estado; e quais os verdadeiros interesses que levam as organizações a essas ações?



## **Verificação de Aprendizagem**

Sugere-se que os mestrandos listem as etapas necessárias para a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) refletindo como essas etapas coincidem com as atividades administrativas e gerenciais do dia a dia.



## AULA 8

# AÇÕES SUSTENTÁVEIS EM EMPRESAS DE CAPITAL

### Objetivo

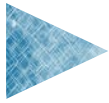
Reconhecendo-se a variedade de conhecimentos legais, operacionais e gerenciais que compõem a lista de atributos para formar um fiscal ou agente público de fomento, compreende-se a necessidade de os agentes também conhecerem a área das empresas de capital, sejam elas de indústria ou de serviços.

Nesta aula, o primeiro objetivo é mostrar que as ações sustentáveis podem e devem ser buscadas por todos os integrantes da sociedade, sejam empresas de capital, de governo, de terceiro setor ou mesmo os indivíduos em suas ações pessoais. As aulas seguintes se ocuparão de detalhar melhor esses papéis.

O segundo objetivo é apresentar as razões e estratégias que levam as empresas a incorporarem a busca da sustentabilidade em suas ações corporativas.

E o terceiro objetivo é promover a reflexão da realidade tecnológica do momento, na qual as organizações empresariais passaram a fazer uso das tecnologias limpas operacionais como produção mais limpa, caso da logística reversa, e também as tecnologias limpas gerenciais como o SGA e a Auditoria Ambiental.

Busca-se, assim, identificar e caracterizar as novas atribuições e procedimentos com que se defrontam os administradores do século XXI para adequarem-se aos paradigmas da sustentabilidade e da competitividade: as ações sustentáveis aplicáveis em empresas de capital.



## Sumário

- Estratégias ambientais das corporações.
- SGA e o Plano Ambiental Corporativo.
- Razões para obtenção do DS.
- Ações empresariais sustentáveis.
- Uso de Tecnologias Limpas Gerenciais.
- Utilização de Tecnologias Limpas Operacionais.
- Produção mais limpa.
- Logística reversa.

## Leituras Sugeridas

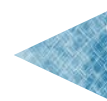
1. CORAZZA, Rosana C. **Políticas públicas para tecnologias mais limpas: uma análise das contribuições da economia do meio ambiente.** (Tese de Doutorado) – Universidade de Católica de Pernambuco (UNICAP) Instituto de Geociências-SP, 2001. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000220023>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

Excelente material que mescla políticas públicas com tecnologias limpas.

2. RENSI, F.; SCHENINI, P. C. Produção mais limpa: uma questão de responsabilidade empresarial. Um estudo de caso. *In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS (SIMPOI)*, 8., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FGV, EAESP, 2005. Disponível em: <[http://www.simpoi.fgvsp.br/index.cfm?FuseAction=arquivo.monta&ID\\_EdicaoArquivo=2005&Pagina=busca\\_det&ID=398](http://www.simpoi.fgvsp.br/index.cfm?FuseAction=arquivo.monta&ID_EdicaoArquivo=2005&Pagina=busca_det&ID=398)>. Acesso em: 30 jan. 2015.

Artigo que expõe claramente um caso real no qual as tecnologias limpas colaboram para melhorar a produção e o desempenho social e ambiental.

3. SCHENINI, P. C.; NEUENFELD, D. R.; MULLER, G. S.; RENSI, F. Logística reversa: um estudo de caso. *In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (SIMPEP)*, 12., 2005, Bauru/SP. **Anais...** Bauru: UNESP, 2005. Disponível em: <[http://www.simpep.feb.unesp.br/anais\\_simpep\\_aux.php?e=12](http://www.simpep.feb.unesp.br/anais_simpep_aux.php?e=12)>. Acesso em: 30 jan. 2015.



Artigo que expõe um caso real no qual as tecnologias limpas colaboram para melhorar a produção e o desempenho social e ambiental.

## Leituras Complementares

1. SCHENINI, P. C.; SILVA, A. da; SILVA, F. A. da; RENSI, F. Gestão da produção mais limpa: um estudo de caso. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (SIMPEP), 12., 2005, Bauru. **Anais...** Bauru: UNESP, 2005. Disponível em: <[http://www.simpep.feb.unesp.br/anais\\_simpep\\_aux.php?e=12](http://www.simpep.feb.unesp.br/anais_simpep_aux.php?e=12)>. Acesso em: 30 jan. 2015.

Artigo que versa sobre um caso real no qual as tecnologias limpas colaboram para melhorar a produção e o desempenho social e ambiental.

## Fóruns

Esta aula promoveu uma reflexão sobre a realidade tecnológica atual nas organizações empresariais que passaram a fazer uso de tecnologias limpas operacionais, como produção mais limpa e logística reversa, e tecnologias limpas gerenciais, como o SGA e a Auditoria Ambiental.

Para situar o agente público nesse contexto de novas atribuições profissionais, buscou-se identificar e caracterizar os novos procedimentos com que se defrontam os administradores do século XXI, de forma que possam se adequar às exigências da fiscalização e aos paradigmas da sustentabilidade e da competitividade: ações sustentáveis aplicadas em empresas de capital.

Nas atividades operacionais foram reconhecidas diversas formas de enfrentar essas novas demandas, destaca-se a produção mais limpa e a logística reversa.

Nesse cenário, cabe a pergunta: Sistemas de Gestão Social e Ambiental nas empresas servem às empresas, à população, ao planeta?

## Verificação de Aprendizagem

Como atividade de verificação, sugere-se:

- escolher um processo de produção ou de prestação de serviços e executar um diagnóstico de todas as etapas e atividades desse processo;

- indicar os pontos de auditoria do processo produtivo, ou seja, os pontos de não conformidade (resíduos, poluição) – com o respeito à natureza e aos cidadãos; e
- fazer um relato escrito circunstanciado a respeito das falhas encontradas e sugerir possíveis soluções para o problema.



# AULA 9

## PLANEJAMENTO SUSTENTÁVEL NA GESTÃO DE GOVERNO

### Objetivo

O encontro mundial sobre meio ambiente ocorrido no Rio de Janeiro apresentou, na época, na forma de relatório, a matriz reconhecida como a origem gerencial para o recolhimento de informações, análises e formulação de políticas e ações governamentais sustentáveis: a Agenda 21, que está centrada na sociedade e no meio ambiente habitado pelo homem.

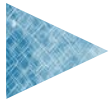
Na atualidade, muitos profetizam soluções ou impõem regras quando estabelecem políticas, objetivos e ações para um período de gestão no governo. Cabe lembrar que o planejamento nas atividades de governo segue obrigatoriamente leis já determinadas.

Considerando-se esse contexto, e para ilustrar como é possível incluir a sustentabilidade no planejamento da gestão, esta aula objetiva apresentar aos mestrandos dois instrumentos administrativos de planejamento sustentável:

- Agenda 21: permite de forma objetiva, transparente, justa e com ampla participação popular conhecer o diagnóstico real da sustentabilidade de um local ou de uma região; e
- A3P: estratégia de construção de uma nova cultura institucional para inserção de critérios socioambientais na Administração Pública.

### Sumário

- Planejamento governamental.



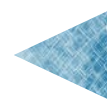
- Planejamento sustentável.
- Instrumentos para planejamento sustentável.
- Agenda 21.
- Histórico da AG 21.
- Estrutura da AG 21.
- Roteiro básico para investigação local:
  - desenvolvimento sustentável regionalizado;
  - gestão dos recursos naturais e ambientais;
  - planos diretores e comunidades;
  - cultura e cidadania;
  - infraestrutura e qualidade de vida; e
  - geração de emprego e renda.
- A3P:
  - conceitos e objetivos;
  - etapas de implementação;
  - gestão de resíduos;
  - controle de desperdícios;
  - controle de energia, água; e
  - licitações sustentáveis.

### Leituras Sugeridas

1. MALHEIROS, Tadeu Fabricio; PHILIPPI JR., Arlindo; COUTINHO, Sonia Maria Viggiani. Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável: contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, mar. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902008000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000100002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 1º set. 2014.

O texto mostra como a Agenda 21 pode subsidiar indicadores de desempenho social e ambiental.





2. KRUGER, Silvana *et al.* **Gestão ambiental em instituição de ensino superior: uma análise da aderência de uma instituição de ensino superior comunitária aos objetivos da agenda ambiental na Administração Pública (A3P).** 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/viewFile/1983-4535.2011v4n3p44/21979>>. Acesso em: 2 fev. 2015.
3. RODRIGUES, Mariana Lima *et al.* A percepção ambiental como instrumento de apoio na gestão e na formulação de políticas públicas ambientais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 21, supl. 3, dez. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902012000700009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000700009&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 2 set. 2014.

O texto possibilita entender como a percepção da questão ambiental pode influenciar nas políticas públicas.

4. CASTRO, Jessica *et al.* Licitações públicas sustentáveis: um estudo em um ministério do Brasil. **Revista Ambiente Contábil**, v. 2, fasc. 6, p. 86, 2013. Disponível em: <<http://www.ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/contabil/article/view/394>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

## Leituras Complementares

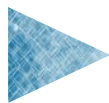
1. MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE (Brasil). **A3P Agenda Ambiental na Administração Pública: um novo modelo de gestão pública.** Brasília, DF: MMA, 2010. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/\\_arquivos/cartilha\\_a3p\\_36.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf)>. Acesso em: 3 set. 2014.

Nesta obra encontram-se o modelo e as regras para implantação da A3P na Administração Pública.

2. MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE (Brasil). **AGENDA 21.** [2012]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

É o documento que contém todas as regras e orientações para implantação da AG21.

3. NASCIMENTO, Daniel Trento do. **AGENDA 21 Análise do processo de implantação da Agenda 21 Local no município de Florianópolis.** 2003. 322 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em



Administração. Florianópolis, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/85019/200005.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

## **Fóruns**

A A3P é uma estratégia de construção de uma nova cultura institucional para inserção de critérios socioambientais na Administração Pública.

Nesse contexto, sugerem-se as seguintes questões para debate com os mestrandos: essa ação sustentável pode ser aplicada em sua instituição? Critique os critérios e resultados para avaliação da A3P e verifique se estes atendem às necessidades. Você acredita que a adoção de tal medida será levada a sério por seus colegas e chefias? Basta saber o que está errado ou é preciso saber como cobrar?

## **Verificação de Aprendizagem**

Sugere-se esta atividade de verificação: considerando a sua comunidade, faça uma lista dos aspectos (problemas) que você acredita que não estejam de acordo com a natureza, os direitos sociais e o gerenciamento ou encaminhamento da resolução dos problemas da sociedade. Para quem você entregaria suas reivindicações?



# AULA 10

## AÇÕES GOVERNAMENTAIS SUSTENTÁVEIS

### Objetivo

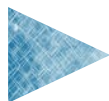
Nesta aula, os mestrandos conhecerão as diversas possibilidades de adoção e execução de ações que permitem a obtenção na prática da sustentabilidade nas atividades governamentais.

Nesse sentido, o primeiro objetivo é mostrar que as ações sustentáveis podem e devem ser buscadas por todos os integrantes da sociedade, sejam empresas de capital, de terceiro setor e, principalmente, as de governo.

O segundo objetivo é refletir sobre as razões políticas e sociais que podem levar os dirigentes e agentes públicos a incorporarem a busca da sustentabilidade em suas ações de governo.

O terceiro e último objetivo é mostrar que as organizações públicas de governo passaram a ser cobradas por seus resultados nas operações, na proteção da natureza e da sociedade ao fazer uso das tecnologias limpas operacionais e gerenciais em suas atividades.

Por fim, pretende-se identificar e caracterizar com o que se defrontam os gestores e agentes públicos do século XXI para adequarem-se aos paradigmas da sustentabilidade e transparência nas ações aplicáveis em instituições de governo nos níveis federal e estadual.

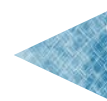


## Sumário

- Ações governamentais sustentáveis.
- Uso de Tecnologias Limpas Gerenciais:
  - Agenda 21 – Local.
  - Ética e responsabilidade social.
  - Contabilidade e finanças ambientais públicas.
  - Comunicações ecológicas – cartazes, cartilhas, roteiros, campanhas.
  - Sistema de Gestão Ambiental (SGA).
  - Tributação como elemento restritivo à poluição.
  - Auditoria Ambiental.
  - Projetos ecológicos de recuperação e melhoria ambiental.
  - Plano de proteção ambiental à flora, fauna e aos recursos naturais.
  - Parcerias e alianças estratégicas para viabilização de projetos ecológicos.
  - Educação Ambiental.
  - Contratações públicas sustentáveis.
- Uso de Tecnologias Limpas Operacionais:
  - Infraestrutura básica e balanços energéticos.
  - Ações de prevenção e monitoramento.
  - Gestão dos resíduos sólidos urbanos.
  - Tratamento de água e esgoto.
  - Gerenciamento de bacias hidrográficas.
  - Gestão dos resíduos do meio rural e agroindustrial.
  - Ações de fomento e recuperação ambiental.
  - Ações de controle e fiscalização ambiental.

## Leituras Sugeridas

1. SCHENINI, P. C.; HELOU FILHO, E. A.; CARDOSO, A. C. F. Ações de Sustentabilidade na Gestão Pública. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA (EnAPG), 1., 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2004.



Estes autores lançaram em primeira edição os conceitos da sustentabilidade na gestão pública de governo.

2. AUDI, Patrícia. A gestão pública e o desenvolvimento sustentável no Brasil. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental - Res Pvblica**, Brasília, DF, ano 1, n. 1, set. 2002. Brasília, DF: Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (ANESP), 2002. Disponível em: <[http://www.anesp.org.br/userfiles/file/respvblica/respvblica\\_8\\_1.pdf](http://www.anesp.org.br/userfiles/file/respvblica/respvblica_8_1.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2015.

Neste texto, a autora repensa a Administração Pública no Brasil. No entanto, sob uma nova ótica: não se deve mais discutir a necessidade de um Estado maior ou menor, e sim repensá-lo sob a égide da eficiência, da qualidade e da sustentabilidade do país que se almeja.

3. SCHENINI, P. C.; NASCIMENTO, D. T. do. Gestão Pública Sustentável. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 4, n. 8, p. 101-116, jul./dez. 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/1920>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

Este artigo apresenta excelentes exemplos de ações sustentáveis.

### Leituras Complementares

1. SCHENINI, P.C.; SILVA, F.A.; GUINDANI R.A.; RENSI F. Gestão integrada e meio ambiente em um empreendimento de fruticultura. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 6., 2006, Fortaleza, CE. **Anais...** Fortaleza: T.JNTFOR, 2006. Disponível em: <[http://www.sober.org.br/palestra/anais\\_sober\\_final\\_4\\_16.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/anais_sober_final_4_16.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2015.

Artigo que demonstra exemplos de ações sustentáveis no meio rural.

2. MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE (Brasil). **Contratações públicas sustentáveis**. [2012]. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/compras-eletronicas/contratacoes-publicas-sustentaveis>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

3. ROSSATO, Jaqueline. **Compras públicas sustentáveis**: estudo nas instituições federais de ensino superior a partir das comissões permanentes de licitação. 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95683>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

Dissertação com conteúdo relevante para os gestores municipais.

## **Fóruns**

A partir das leituras propostas, sugerem-se as seguintes questões para debate: é possível propor ou exigir mudanças para um novo comportamento sustentável nas atitudes da sociedade? Essas mudanças podem vir por ações governamentais ou apenas por clamores populares?

## **Verificação de Aprendizagem**

Para a atividade de verificação, citar três tecnologias limpas gerenciais e três operacionais que sirvam para a obtenção da sustentabilidade nas atividades de gestão pública.



# AULA 11

## AÇÕES SUSTENTÁVEIS NO GOVERNO DOS MUNICÍPIOS

### Objetivo

Nesta aula, os mestrandos conhecerão as diversas possibilidades de adoção e execução de ações que permitem, na prática, a sustentabilidade nas atividades governamentais dos municípios.

Nesse sentido, o primeiro objetivo é mostrar que as ações sustentáveis podem e devem ser buscadas por todos os integrantes da sociedade e, principalmente, pelos gestores e agentes do governo nos municípios.

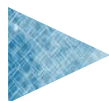
O segundo objetivo é mostrar as razões políticas e sociais que podem levar os dirigentes e agentes públicos a incorporarem a busca da sustentabilidade em suas ações de governo.

O terceiro e último objetivo é mostrar que as organizações públicas de governo passaram a ser cobradas por seus resultados nas operações, na proteção da natureza e da sociedade ao fazer uso das tecnologias limpas operacionais e gerenciais em suas atividades.

Seguindo a mesma linha temática da aula anterior, “ações sustentáveis no governo”, nesta aula foram abordados apenas algumas delas, mais voltadas à gestão na esfera dos municípios.

### Sumário

- Caracterização da Gestão Pública nos municípios.



- Ações sustentáveis nos municípios.
- Agenda 21 Local.
- Responsabilidade social e ações sociais.
- O Estatuto da Cidade: a maior conquista urbana e ambiental no Brasil.
- Plano Diretor.
- Zoneamento ecológico.
- Paisagismo e urbanismo ecológico.
- Plano de Proteção Ambiental do município.
- Educação Ambiental Formal e Informal.
- Agenda marrom e a gestão dos efluentes e esgotos.
- Fiscalização e controle.
- Cadastro técnico multifinalitário.
- Cidades sustentáveis.

### Leituras Sugeridas

1. MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE (Brasil). **Cidades sustentáveis, zoneamento ecológico, gestão territorial**. [2013]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial/zee-nos-estados>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

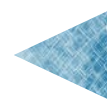
Texto confiável e esclarecedor sobre os temas abordados.

2. LOUREIRO, Monica. Como construir cidades sustentáveis. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, v. 8, p. 458, 2013. Disponível em: <[http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/revistadireito/article/view/8348#.VM\\_00Z3F8iU](http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/revistadireito/article/view/8348#.VM_00Z3F8iU)>. Acesso em: 30 jan. 2015.

Texto que aborda a questão ambiental urbana, um dos temas de maior relevância no mundo atual devido ao crescimento demasiado das cidades e à ausência de estruturas sustentáveis capazes de manter ambientes equilibrados nos espaços urbanos.

3. SILVA, Geovany J. A. **Cidades sustentáveis: uma nova condição urbana**. Estudo de caso: Cuiabá-MT. Brasília, DF: UNB, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/11232>>. Acesso em: 30 jan. 2015.





Trata-se de um estudo de forte interesse no momento atual que propõe as “cidades sustentáveis” como uma “nova condição à urbanidade contemporânea”, perfazendo publicações diversas, revisitando conceitos, reposicionando paradigmas, reinterpretando utopias e apresentando novas expressões locais para cidades brasileiras.

4. COSTA, A. M.; LOCH, C.; SCHENINI, P. C. Contribuições do cadastro técnico multifinalitário como ferramenta integrada em sistemas de gestão ambiental. *In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (SIMPEP)*, 12., 2005, Bauru. **Anais...** Bauru: UNESP, 2005.

Este artigo mostra a importância do cadastro técnico multifinalitário como suporte nas ações sustentáveis.

### Leituras Complementares

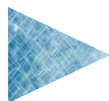
1. MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE (Brasil). **Estatuto das Cidades**. 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2012.

Referencial que permite implantar o Estatuto com participação popular e dentro da lei.

2. PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Lei n. 482, de 17 de janeiro de 2014**. Plano Diretor de Florianópolis. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/sites/planodiretor/?cms=plano+diretor+de+florianopolis>>. Acesso em: 30 jan. 2015.
3. SCHENINI, P. C.; BENEDET, J. N. Adoção de um SGA – Sistema de Gestão Ambiental na construção e manutenção de redes e linha de distribuição de energia elétrica. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO*, 6., ENCONTRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO PARA PAÍSES DO MERCOSUL, 4.; ENCONTRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO PARA PAÍSES DA AMÉRICA LATINA, 1., 2004. **Anais...** Florianópolis: GTCadastro; FSG, 2004. CD-ROM. Disponível em: <[www.cobrac.ufsc.br](http://www.cobrac.ufsc.br)>. Acesso em: 30 jan. 2015.

Artigo que trata da adoção de um SGA na arborização urbana.

4. CAMPOS, Edson Telê. **A gestão territorial urbana no município de Florianópolis**: uma abordagem sobre a expansão imobiliária e seus impactos



ambientais. 2004. 219 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/teses/PCAD0610-D.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

Esta dissertação apresenta a gestão territorial urbana de Florianópolis.

5. COSTA, A. M.; LOCH, C.; SCHENINI, P. C.; SOUZA, D. A. de. Contribuições do Cadastro Técnico Multifinalitário para a Gestão Municipal: uma ferramenta de apoio ao planejamento municipal. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, 6.; ENCONTRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO PARA PAÍSES DO MERCOSUL, 4.; ENCONTRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO PARA PAÍSES DA AMÉRICA LATINA, 1., 2004. *Anais...* Florianópolis: GTCadastro; FSG, 2004. CD-ROM. Disponível em: <[www.cobrac.ufsc.br](http://www.cobrac.ufsc.br)>. Acesso em: 30 jan. 2015.

Artigo que mostra a importância do cadastro técnico multifinalitário como suporte nas ações sustentáveis.

## Fóruns

O vencimento do prazo concedido pelas autoridades aos municípios para que cumpram a Lei dos Resíduos Sólidos (coleta e destinação adequada de seus resíduos) é assunto da pauta de discussão.

Considerando-o, sugerem-se as seguintes questões para o fórum: existe a ameaça de multas pesadas pelo não cumprimento? Existem soluções técnicas e recursos? Será que as prefeituras vão fechar os “lixões a céu aberto” ou vão fazer vista grossa e prorrogar os prazos? Tecnicamente, como você se posiciona com relação ao assunto?

## Verificação de Aprendizagem

Como atividade de verificação, sugere-se que o mestrando apresente três temas importantes para serem incluídos e debatidos no Plano Diretor de seu município.



# AULA 12

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL

### Objetivo

A questão sobre a adoção da Educação Ambiental é bastante relevante e atual e vai se relacionar diretamente com a vontade política de se implantar efetivamente uma mudança institucional e social no âmbito do comportamento da população.

Nesta aula, os mestrandos conhecerão a origem histórica da Educação Ambiental, em Tibilisi, e os reflexos no mundo desse encontro.

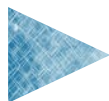
Conhecerão também as medidas adotadas no Brasil que se refletiram na criação de leis e normas que tentam regularizar e padronizar comportamentos e conteúdos com relação ao assunto. Assim surgiram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o ensino formal e todas as outras orientações para os professores ou disseminadores de conhecimento.

Surgiu também a Educação Ambiental não formalizada, mas igualmente válida para a disseminação dos conhecimentos da área.

Dentro desse contexto, o objetivo maior desta aula é dar a conhecer o que existe documentado sobre Educação Ambiental e permitir aos mestrandos praticá-la seguindo outras experiências bem-sucedidas.

### Sumário

- O início de tudo - Tbilisi.
- Dados históricos da Educação Ambiental no Brasil.
- Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999, ou Lei de Educação Ambiental.
- Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ministério da Educação (MEC).



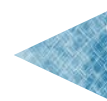
- Educação Ambiental formal (escolas).
- Educação Ambiental informal, ou comunitária.
- Transversalidade e transdisciplinaridade.

## Leituras Sugeridas

1. MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE (Brasil). **Documentos referenciais**. [2014]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/documentos-referenciais/item/8067>>. Acesso em: 30 jan. 2015.  
  
Este portal do Ministério do Meio Ambiente (MMA) apresenta todas as informações do histórico e da evolução da educação ambiental.
2. BOMFIM, Alexandre Maia do *et al.* Parâmetros curriculares nacionais: uma revisita aos temas transversais meio ambiente e saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, abr. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462013000100003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462013000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 5 set. 2014.
3. LUCCA, Emerson. Educação Ambiental: como implantá-la no meio rural? **Revista de Administração IMED - RAIMED**, v. 3, n. 1, p. 33, 2013. Disponível em: <<http://seer.imed.edu.br/index.php/raimed/article/view/302>>. Acesso em: 30 jan. 2015.
4. SCHENINI, P. C.; CASARIN, V. W. Educação ambiental no desenvolvimento de valores, atitudes e posturas mais responsáveis. **Revista Angrad**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 98-108, jan./mar. 2003.
5. SCHENINI, P. C.; SILVA, P. FLACH L.; PEREIRA M. F. Educação ambiental no ensino formal como ferramenta de inclusão social: um estudo de caso em uma instituição do primeiro grau. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE QUALIDADE AMBIENTAL (ABES), 5., 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUC-RS, 2006.

## Leituras Complementares

1. BRASIL. **Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm)>. Acesso em: 30 jan. 2015.



Texto elucidativo sobre a formalização legal da Educação Ambiental no Brasil.

2. JACOBI, Pedro Roberto *et al.* Mudanças climáticas globais: a resposta da educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, abr. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782011000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000100008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 5 set. 2014.
3. PARAMETROS Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

Material completo sobre as regras e os conteúdos para a implantação da Educação Ambiental nos vários níveis do ensino formal.

## Fóruns

Se todas as técnicas, conteúdos e clientela a serem adotados na Educação Ambiental já são conhecidos, o que está faltando para que tais técnicas sejam implantadas formalmente?

Refletindo acerca da Educação Ambiental aplicável nesse processo de mudança cultural, sugere-se a análise das seguintes questões: faltam interesse ou conhecimento dos dirigentes? Falta preparo dos professores? Os temas abordados não condizem com a realidade?

## Verificação de Aprendizagem

Sugere-se a seguinte atividade aos mestrandos: apresentar uma lista com as técnicas da Educação Ambiental Formal para servir como ferramenta de inclusão social.





# AULA 13

## GESTÃO SOCIAL

### Objetivo

A primeira assertiva a ser ponderada nesta aula é que Responsabilidade Social (RS) é algo para toda a sociedade e não apenas para alguns “responsáveis” socialmente.

O exame da sociedade em seus clamores induz à descoberta de que os sistemas de escolha das políticas e das ações públicas se redirecionaram em função das novas maneiras de condução do processo decisório.

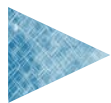
Acredita-se que o processo de aprendizagem em direção a uma sociedade mais justa depende de como é administrada a sociedade de organizações.

Nesse sentido é preciso aprender como gerenciar formalmente também o social e a RS das organizações públicas e privadas.

Dentro desse contexto, o primeiro objetivo desta aula é ilustrar para os mes-trandos os conteúdos relativos aos temas RS e Norma ABNT 16001 de RS. E o segundo objetivo é promover o entendimento da Gestão Social como algo formal, com regras de gestão como as de outras atividades. Nesse caso, a gestão serve tanto para organi-zações particulares como para as públicas.

### Sumário

- Responsabilidade Social:
  - conceitos, origem, participantes.
- Norma ABNT de Responsabilidade Social.
- Demonstrativos Gerenciais – Balanço Social.



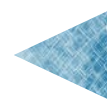
- Instituto Ethos de Responsabilidade Social.
- Gestão Social:
  - histórico, conceito, sociedade emancipada.
- Campo da Gestão Social.
- Gestão compartilhada e inclusiva.
- Esfera Pública.
- Papel do Estado.
- Terceiro Setor.

### Leituras Sugeridas

1. ALMEIDA, Vasco. Estado, mercado e terceiro setor: a redefinição das regras do jogo. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra/PT, n. 95, p. 85-104, 2011. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/4397>>. Acesso em: 30 jan. 2015.
2. SILVA, Karin Vieira da. **Gestão Social e participação nas decisões: estudos de caso em cooperativas catarinenses**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <[http://pegs.ebape.fgv.br/sites/pegs.ebape.fgv.br/files/DISSERTA%C3%87%C3%83O\\_KARIN%20VIEIRA%20DA%20SILVA.pdf](http://pegs.ebape.fgv.br/sites/pegs.ebape.fgv.br/files/DISSERTA%C3%87%C3%83O_KARIN%20VIEIRA%20DA%20SILVA.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2015.
3. CANÇADO, Airton C., PEREIRA, José R., TENÓRIO, Fernando G. **Gestão social: epistemologia de um paradigma**. 1. ed. Curitiba-PR: Ed. CRV, 2013.  
  
Obra recente, bem estruturada e com um conteúdo que permite entender o que é, afinal, a Gestão Social compartilhada e inclusiva.
4. RICO, Elizabeth de Melo. A responsabilidade social empresarial e o Estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 4, dez. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392004000400009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000400009&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 1º set. 2014.

Este livro transmite ao leitor, em linguagem fluida, a importância das políticas sociais como fator de promoção da equidade. Na obra, os autores Ernesto Cohen e Rolando Franco ressaltam que não se pode confundir equidade com





justiça social. Para eles, a primeira é plenamente realizável em determinado momento histórico e está ligada à superação das desigualdades pela compensação das barreiras econômicas e sociais que dificultam a realização do potencial de cada cidadão; já a segunda é definida como um valor inalcançável. O livro apresenta meios para se promover a equidade e traça o caminho que deve ser trilhado para a obtenção de sucesso na implementação de políticas sociais.

### Leituras Complementares

1. RONCATO, Bruna Silveira. **Novos contornos do poder político: o déficit participativo na governança global e o contraponto da emergente sociedade civil.** 2013. 125 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95027>>. Acesso em: 30 jan. 2015.
2. INSTITUTO ETHOS. **Balanco Social.** Disponível em: <[www.institutoethos.org.br](http://www.institutoethos.org.br)>. Acesso em: 30 jan. 2015.

O Balanço Social é uma peça demonstrativa do desempenho ou da dedicação em ações consideradas de cunho sociais. Representa em números as ações e os resultados. O Instituto Ethos é referência em ações de Responsabilidade Social.

3. VOESE, Simone. Características e peculiaridades das entidades do terceiro setor. **ConTexto: Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Contabilidade**, Porto Alegre, v. 11, n. 19, p. 31, 2011.

Texto sugerido por demonstrar as peculiaridades do Terceiro Setor.

4. PAULA, Ana Paula Paes de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 1, mar. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75902005000100005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902005000100005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 5 set. 2014.
5. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 16001: Responsabilidade Social.** Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

## **Fóruns**

A Gestão Social postula, ou pretende postular, a possibilidade de uma gestão compartilhada, com direito a voz e voto, inclusiva e não exclusiva minoritariamente; de uma gestão que entende a força de trabalho como a própria gênese de todo o processo produtivo.

Dentro desse contexto, sugerem-se as perguntas: como subordinar a questão econômica à questão social na gestão? Como instituir ou adotar formalmente as ações sustentáveis? Qual Gestão Social não é “assistencialismo” ou “clientelismo” e pertencente à cidadania e não às ordens do mercado?

## **Verificação de Aprendizagem**

Sugere-se como atividade de verificação a questão: qual é a norma existente no Brasil que se preocupa com a questão da Responsabilidade Social e estabelece regras para a Gestão Social?



## AULA 14

# INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E ECONÔMICA

### Objetivo

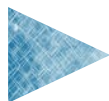
Após o aprendizado das diversas ações que podem ser executadas dentro do escopo da sustentabilidade, nesta aula serão apresentados os instrumentos e as técnicas gerenciais que permitem coletar, analisar e relatar o desempenho da organização através dos Indicadores de Desempenho.

O objetivo principal é reiterar para os mestrandos a importância do uso de indicadores de sustentabilidade, pois se constituem em parâmetros essenciais para a gestão pública.

As atividades dos órgãos de acompanhamento, as legislações e, de forma complementar, os indicadores, como o IDH, permitem que se fixe uma imagem de seriedade e transparência da organização, para além dos simples resultados obtidos.

### Sumário

- Controle interno nos municípios.
- Controles internos administrativos.
- Indicadores de desempenho.
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com expectativa de vida, renda e escolaridade.



- Indicadores de sustentabilidade.
- Prestação de contas para os Tribunais de Contas via Portal de acompanhamento e Controle social e ambiental pelos municípios.

## Leituras Sugeridas

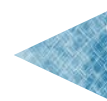
1. BURATTO, Angelo Luiz. **Indicadores de desempenho socioambiental:** escutando a Administração Pública municipal de Santa Catarina sobre o que é importante medir e monitorar. 2009. 206 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93215>>. Acesso em: 30 jan. 2015.
2. MALHEIROS, Tadeu Fabricio; PHILIPPI JR., Arlindo; COUTINHO, Sonia Maria Viggiani. Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável: contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, mar. 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902008000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000100002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 1º set. 2014.
3. SOUZA, José Henrique *et al.* Desenvolvimento de indicadores síntese para o desempenho ambiental. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 3, set. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902009000300014&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902009000300014&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 1º set. 2014.

## Leituras Complementares

1. BRASIL. **Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)>. Acesso em: 30 jan. 2015.

Lei que oferece uma infinidade de indicadores de desempenho.

2. ALLEGRETTI, Gabriela. **Integração das dimensões social, ambiental e econômica na terminação de suínos:** construção de indicadores de desempenho e validação em um município do Rio Grande do Sul. Dissertação



(Mestrado em Agronegócios) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/70592>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

Texto técnico com a indicação e validação de indicadores de desempenho.

3. COSTA, Roberta Maria; SANCHEZ, Luis Enrique. Avaliação do desempenho ambiental de obras de recuperação de rodovias. **Rem: Revista Escola de Minas**, Ouro Preto, v. 63, n. 2, jun. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0370-44672010000200007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0370-44672010000200007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 9 set. 2014.

## Fóruns

Certa vez, um aluno disse: “Sem indicadores, sem registros do executado ou do desempenho e sem revisão crítica não existe gestão séria. Se não revisar os acertos e os erros, o gestor não tem noção para onde está indo!”.

Outrossim, os usuários dependem dos registros para poder acompanhar o desempenho de quem está à frente do movimento. Considerando esses posicionamentos, e as leituras realizadas, sugere-se a seguinte questão ao mestrando: você concorda que os indicadores são úteis para a gestão ou tem outra opinião?

## Verificação de Aprendizagem

Para a atividade de verificação, o mestrando deve fazer uma lista de 10 itens que julga importantes para conhecer a situação do comprometimento da sua organização com a gestão sustentável.





**ESTE GUIA COMPÕE O MATERIAL DIDÁTICO DO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA EM REDE NACIONAL.**

Realização:



Ministério da  
Educação



Parceria:

